



B1

ISSN: 2595-1661

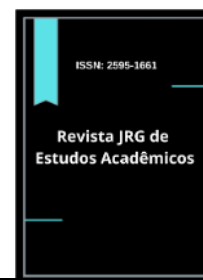
ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Atuação do enfermeiro forense na investigação de crimes

The role of the forensic nurse in criminal investigations

DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1584

ARK: 57118/JRG.v7i15.1584

Recebido: 15/11/2024 | Aceito: 26/11/2024 | Publicado *on-line*: 01/12/2024

Duann Mikael Santos da Silva¹

<https://orcid.org/0009-0008-8440-4630>

Centro Universitário Mario Pontes Jucá - UMJ, Brasil.

Email: duannmikael18@gmail.com

Gustavo Reis Branco de Souza²

<https://orcid.org/0009-0001-7579-5392>

<http://lattes.cnpq.br/3323420379121363>

Centro Universitário Mario Pontes Jucá - UMJ, Brasil.

Email: gustavo.souza@umj.edu.br



Resumo

Esta pesquisa analisa o papel do enfermeiro forense na apuração de delitos, evidenciando a relevância desse profissional na obtenção e conservação de provas em situações de agressão. Os resultados mostram que a formação especializada em enfermagem forense desenvolve as habilidades dos enfermeiros na documentação e no manejo de vestígios, reduzindo erros e colaborando de forma eficiente com o sistema judicial. A padronização de protocolos e a adoção de tecnologias de ponta foram identificadas como fundamentais para garantir a exatidão das evidências, além de promover um atendimento mais empático às vítimas. A valorização dessa área e a implementação de programas de capacitação contínua surgem como elementos indispensáveis para o fortalecimento da enfermagem forense como prática independente e reconhecida, beneficiando tanto o sistema judiciário quanto a proteção dos indivíduos afetados.

Palavras-chaves: Enfermagem forense. Coleta de evidências. Preservação de vestígios Violência.

¹ Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Mario Pontes Jucá - UMJ, Brasil.

² Possui graduação em BIOMEDICINA pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (2006) e mestrado no Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (2010). Tem experiência na área de Bioinformática, Análises Clínicas, Biologia Celular e Molecular, Genética Molecular Humana, Genética Forense, Medicina Legal, Patologia, Ergonomia e Docência ensino superior, com ênfase na área da saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: caracterização genética, variabilidade genética, conservação, genética de populações, quilombolas.

Abstract

This research analyzes the role of forensic nurses in the investigation of crimes, evidencing the relevance of this professional in obtaining and preserving evidence in situations of aggression. The results show that specialized training in forensic nursing develops nurses' skills in documenting and handling traces, reducing errors and collaborating efficiently with the judicial system. The standardization of protocols and the adoption of state-of-the-art technologies were identified as fundamental to ensure the accuracy of evidence, in addition to promoting more empathetic care for victims. The valorization of this area and the implementation of continuous training programs emerge as indispensable elements for the strengthening of forensic nursing as an independent and recognized practice, benefiting both the judicial system and the protection of affected individuals.

Keywords: *Forensic nursing. Evidence collection. Preservation of traces Violence.*

Introdução

A função do enfermeiro forense tem se tornado cada vez mais significativa no âmbito das investigações criminalísticas, devido à sua habilidade em realizar avaliações clínicas minuciosas e à preservação de evidências durante o atendimento a vítimas de crimes graves. Este ramo da enfermagem, que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, teve seu início com o desenvolvimento de programas voltados para a capacitação de enfermeiros em coleta e preservação de provas forenses, particularmente em situações de violência sexual (MORSE, 2019).

Desde essa época, a enfermagem forense se firmou como um domínio especializado que une conhecimentos clínicos e jurídicos, desempenhando um papel crucial na proteção da integridade dos vestígios que poderão ser utilizados em investigações e tribunais (AHN e SUNG, 2018).

Este estudo está centrado no papel do enfermeiro forense na apuração de crimes violentos, enfatizando sua responsabilidade na coleta e conservação de provas, na execução de exames físicos e no suporte a vítimas e seus familiares. A escolha desse assunto se fundamenta na crescente demanda por uma adequada integração entre as práticas forenses e os serviços de saúde, visando a oferecer um atendimento que una acolhimento e excelência técnica, garantindo a preservação dos vestígios forenses essenciais para a solução de processos judiciais.

Este trabalho tem como finalidade explorar e avaliar a função do enfermeiro forense dentro da investigação criminal, destacando as competências essenciais e os desafios associados a essa área, fundamentando-se em pesquisas significativas, como as realizadas por Lynch (1995) e Drake et al. (2018).

Além disso, busca-se identificar os principais impedimentos que esses profissionais encontram ao assistirem vítimas de violência, bem como o papel que desempenham para aprimorar a eficácia das investigações.

A abordagem adotada consistirá em uma revisão da literatura com uma natureza tanto exploratória quanto descritiva, que incluirá a análise de artigos, teses e publicações científicas pertinentes à enfermagem forense e suas respectivas práticas. Serão considerados estudos de âmbito nacional e internacional, como o de Ferreira (2018), que investiga a coleta de evidências dentro do ambiente hospitalar, e o de Gomes (2016), que examina a função dos enfermeiros na conservação de vestígios durante o atendimento em situações de urgência e emergência.

A problemática central desta pesquisa é: Qual a função do enfermeiro forense na obtenção e manutenção de evidências em investigações criminais e quais obstáculos ele encontra no exercício dessa especialidade?

A razão para a execução deste estudo está baseada na crescente demanda por melhoria no atendimento a indivíduos que sofreram violência em instituições hospitalares e serviços emergenciais, além da relevância de incorporar práticas forenses na área da enfermagem, potencializando a eficácia e o alcance dos serviços de saúde relacionados ao sistema judiciário. Conforme demonstrado por Maguire e Raso (2017), o desenvolvimento dessa área beneficia não apenas o acolhimento dos pacientes, mas também a segurança e a integridade dos procedimentos legais.

A relevância do assunto está na colaboração dos enfermeiros forenses nas investigações criminais, pois eles desempenham um papel crucial na coleta e manutenção de evidências materiais que podem ser determinantes para o desenrolar de uma investigação. Essa tarefa, conforme ressaltado por Johnson e Sievers (2019), é vital não só para auxiliar as vítimas, mas também para promover uma resposta interinstitucional mais eficiente e coordenada ao delito, que abrange desde o atendimento inicial até a apresentação dos achados em processos judiciais.

O papel do enfermeiro forense representa um campo em crescimento que estreita a relação entre saúde e sistema judiciário. Ao investigar seus obstáculos e aportes, busca-se revelar deficiências na educação e nas práticas desses profissionais, incentivando debates que possam fortalecer essa especialidade tanto no Brasil quanto em outros cenários.

Análise sobre enfermeiro forense na investigação de crimes

A enfermagem forense é um domínio que une conhecimentos da enfermagem e das ciências forenses, sendo fundamental para a obtenção de evidências e para a assistência a vítimas de agressões. Nos EUA, essa área começou a se consolidar na década de 1970, motivada pela demanda por profissionais capacitados para tratar de evidências em situações de abuso e violência, resultando na regulamentação da prática forense entre os enfermeiros e na implementação de protocolos de coleta de provas, como os kits de estupro, no atendimento às vítimas. Esse cenário inicial fomentou diversas investigações e estudos sobre a relevância e a eficácia do papel do enfermeiro forense em casos de violência.

O papel do enfermeiro forense em serviços de emergência e hospitais é crucial, especialmente nas atividades de preservação e captação de evidências. Segundo Ferreira (2018), o enfermeiro forense serve como um elo entre a assistência clínica e o sistema legal, assegurando que as provas sejam reunidas de maneira correta e que as vítimas recebam um atendimento adequado. A capacitação e o treinamento em métodos forenses no contexto hospitalar são essenciais para que os enfermeiros possam enfrentar diversos tipos de crimes, como abuso sexual, violência doméstica e intoxicações, garantindo a validade das evidências e a integridade das informações coletadas para os procedimentos judiciais.

O papel do enfermeiro forense demanda habilidades técnicas e interpessoais específicas, pois esse profissional é responsável não apenas por reunir evidências, mas também por oferecer apoio emocional e psicológico às vítimas. A pesquisa de Ahn e Sung (2018) enfatiza que a competência e a experiência desses enfermeiros influenciam de maneira significativa seu desempenho em situações de emergência, sendo esses elementos cruciais para o êxito da investigação. Portanto, é vital que esses profissionais tenham uma compreensão aprofundada de suas responsabilidades e estejam aptos a agir com sensibilidade e ética, que são aspectos

essenciais para a coleta eficaz de informações e para prestar o suporte adequado às vítimas.

A conservação de evidências é uma das principais atribuições do enfermeiro forense, envolvendo uma série de técnicas metódicas que garantem que as provas não sejam contaminadas ou descartadas de forma inadequada. Segundo Gomes (2016), a obtenção e conservação de evidências em ambientes hospitalares requer que o enfermeiro possua um conhecimento especializado sobre a manipulação de vestígios, especialmente em situações de emergência. O treinamento adequado em procedimentos de coleta e preservação é essencial, pois habilita o enfermeiro a agir com precisão e eficácia, assegurando que as evidências mantêm sua legitimidade legal, evitando erros que possam comprometer a investigação criminal.

Além de conservar os vestígios, a correta documentação das lesões e das condições físicas das vítimas é uma parte essencial do trabalho do enfermeiro forense. Johnson e Sievers (2019) abordam que o registro cuidadoso das condições de saúde das vítimas é um elemento crucial para elaborar um relatório confiável, que poderá ser utilizado como prova em ações judiciais. Uma documentação precisa e detalhada facilita uma melhor compreensão da história clínica da vítima e permite que o enfermeiro apresente um testemunho fundamentado e técnico sobre os fatos que observou.

A atuação na enfermagem forense está intimamente relacionada com a formação em ciências forenses, como ressaltam Harper-Leatherman e Huang (2019), que enfatizam a relevância de incluir as ciências naturais, como a química forense, no treinamento dos enfermeiros. A adição de disciplinas forenses no currículo de enfermagem visa desenvolver habilidades técnicas que capacitem os profissionais a reconhecer e analisar evidências biológicas, substâncias químicas e outros elementos que podem ser úteis na solução de crimes. Essa abordagem interdisciplinar é essencial para que os enfermeiros estejam aptos a contribuir de maneira eficaz nas investigações.

No Brasil, a enfermagem forense ainda está em estágios iniciais de desenvolvimento, apesar do aumento da procura por profissionais qualificados nesse campo. Pesquisas como a de Nery et al. (2024) revelam que, embora a prática forense em unidades hospitalares seja de grande importância, existe uma carência considerável na formação e na regulamentação dessa especialização, o que impede o reconhecimento e a atuação efetiva dos enfermeiros forenses no país. A falta de uma regulamentação específica e a limitação de cursos direcionados à área forense evidenciam a urgência de políticas públicas e investimentos em programas de treinamento que reconheçam a enfermagem forense como uma área de especialização.

O trabalho do enfermeiro forense abrange também o apoio emocional e psicológico às vítimas, um fator essencial para a eficácia da intervenção. Santos et al. (2017) destacam que a habilidade dos enfermeiros forenses em oferecer suporte emocional é vital, pois assegura um atendimento mais humano e respeitoso. Essa forma de abordagem eleva a confiança da vítima no profissional e favorece a obtenção de informações e evidências que podem ser aproveitadas no curso da investigação criminal.

Além disso, a função do enfermeiro forense como perito judicial é extremamente relevante, principalmente quando esse profissional é convocado a atuar como testemunha especializada. Maguire e Raso (2017) enfatizam que, em situações de violência e agressão, a atuação do enfermeiro forense como perito é crucial para a análise de evidências clínicas. Com sua expertise técnica, o enfermeiro

pode fornecer uma perspectiva abrangente sobre os indícios, trabalhando em estreita colaboração com promotores e advogados para esclarecer os casos.

A interatividade entre disciplinas é fundamental na atuação da enfermagem forense, já que os enfermeiros necessitam colaborar com médicos, investigadores e especialistas. Zanatta et al. (2018) enfatizam que a cooperação entre profissionais de diversas áreas é essencial para desenvolver um processo investigativo robusto e fundamentado em evidências. Esse intercâmbio interdisciplinar possibilita que a coleta e análise de evidências sejam realizadas com maior acurácia, reduzindo as chances de erro e aprimorando a qualidade das provas apresentadas ao sistema judiciário.

O embasamento teórico acerca da atuação do enfermeiro forense revela a importância desse profissional nas investigações criminais, sublinhando sua função crucial na coleta, conservação e análise de evidências. A literatura aponta que, apesar de essa prática estar bem consolidada em determinados países, no Brasil existe uma demanda crescente por regulamentação, capacitação e reconhecimento da enfermagem forense como uma especialidade. Com uma formação interdisciplinar robusta e treinamento apropriado, espera-se que os enfermeiros forenses desempenhem suas funções de maneira mais eficaz, contribuindo para o fortalecimento das investigações criminais e a promoção da justiça.

Métodos

Nesta pesquisa, se apresenta como uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que segundo Gil (2017) a análise qualitativa é um procedimento de estudo que focaliza em compreender os fenômenos em toda sua complexidade, investigando as vivências, entendimentos e importâncias atribuídas pelas pessoas aos acontecimentos e ambientes em que estão envolvidas. De acordo com Gil (2017), a análise qualitativa é definida por examinar a realidade de forma minuciosa e detalhada, com atenção voltada para a subjetividade e o contexto dos indivíduos. O objetivo é entender as interações sociais, os comportamentos e os processos que não podem ser quantificados de maneira numérica, dando prioridade à interpretação dos dados em vez de sua contagem.

Gil (2017) ressaltam ainda que a investigação qualitativa abrange diversos métodos, tais como entrevistas, grupos de discussão e observação participante, visando compreender a complexidade do comportamento humano e das interações sociais. Esse tipo de estudo é imprescindível em campos como ciências sociais e educação, nos quais a compreensão do contexto, das perspectivas e das vivências dos sujeitos é crucial para uma análise mais abrangente e aprofundada.

Este trabalho sobre o papel do enfermeiro forense na apuração de crimes adotou uma metodologia qualitativa e exploratória. Tal abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada das experiências e dificuldades que esses profissionais encontram em sua prática no âmbito forense, além de permitir uma análise detalhada das técnicas de coleta e preservação de evidências.

Conforme apontado por Gil (2017), a pesquisa qualitativa é fundamental para investigar fenômenos complexos como a atuação dos enfermeiros em cenários forenses, pois possibilita a captação de sutilezas e perspectivas que poderiam passar despercebidas em estudos de natureza quantitativa. Dessa forma, essa abordagem foi vista como apropriada para investigar as especificidades da enfermagem forense na área da criminalidade (GIL, 2017).

Para a coleta de informações, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com enfermeiros que trabalham em serviços de emergência e possuem formação em práticas forenses. Esse formato de entrevista permite ao pesquisador obter

informações detalhadas, oferecendo a flexibilidade necessária para examinar questões que surgem ao longo da conversa com os participantes.

Segundo Ferreira (2018), esse tipo de abordagem é particularmente adequado para aprofundar o entendimento sobre o conhecimento técnico e prático dos profissionais, pois capta tanto dados objetivos quanto subjetivos, que são fundamentais para analisar a função do enfermeiro forense na gestão de evidências. Ademais, a técnica semiestruturada proporciona uma estrutura básica que orienta o pesquisador, ao mesmo tempo que mantém a espontaneidade nas respostas dos participantes (FERREIRA, 2018).

As entrevistas foram realizadas em serviços de emergência e em áreas forenses dentro dos hospitais, oferecendo um ambiente adequado para a obtenção de informações, uma vez que esses locais são onde os enfermeiros forenses exercem suas funções.

De acordo com Santos et al. (2017), a presença do pesquisador no contexto onde os entrevistados trabalham é uma abordagem eficaz para alcançar uma visão mais precisa das condições e dos obstáculos que esses profissionais enfrentam. Assim, o local escolhido para as entrevistas ajudou a garantir que as respostas dos enfermeiros refletissem suas vivências reais, promovendo a veracidade dos dados obtidos (SANTOS, 2017).

A técnica de análise de conteúdo foi empregada na avaliação dos dados, possibilitando a categorização e interpretação sistemática e objetiva das informações coletadas. Conforme mencionado por Bardin (2011), essa abordagem é apropriada para lidar com dados qualitativos, pois oferece ao pesquisador a capacidade de reconhecer padrões, categorias e temas emergentes, assegurando que a análise se baseie nas informações obtidas. Esse método foi considerado ideal para organizar as diversas visões e experiências dos enfermeiros forenses, permitindo a elaboração de uma narrativa coerente sobre a atuação forense na enfermagem (BARDIN, 2011).

Para garantir a precisão e a confiabilidade das informações, foi empregada uma abordagem de triangulação de métodos, que incluiu entrevistas, observação participativa e análise de documentos relacionados aos protocolos e diretrizes da enfermagem forense.

Essa triangulação é uma técnica sugerida por Gil (2017) para avaliar a coerência dos dados obtidos, pois possibilita a comparação de informações adquiridas por diferentes fontes, minimizando a possibilidade de viés. No âmbito deste trabalho, a observação ajudou a confirmar se os procedimentos mencionados nas entrevistas estavam efetivamente sendo implementados, enquanto a análise dos documentos proporcionou uma compreensão aprofundada das normas que regulam a prática dos profissionais de enfermagem forense (GIL, 2017).

A pesquisa documental envolveu uma avaliação de protocolos, manuais e diretrizes que orientam a atuação de enfermeiros forenses, focando em metodologias de preservação de evidências e suporte a vítimas de agressões. Lynch (1995) destaca a importância dessa análise para compreender as regulamentações e normas que fundamentam as práticas profissionais, especialmente em campos que requerem rigor e adesão a legislações, como é o caso da enfermagem forense.

A revisão dos documentos possibilitou a identificação de padrões e orientações significativas, permitindo uma comparação com as práticas mencionadas nas entrevistas, o que enriqueceu a compreensão das práticas forenses na enfermagem (LYNCH, 1995).

A fase conclusiva do método envolveu a organização e classificação das informações coletadas, possibilitando a sistematização dos dados em função de

temas e categorias que surgiram. A classificação foi feita de maneira aberta, o que permitiu que as categorias emergissem naturalmente a partir das evidências, conforme sugerido por Bardin (2011).

Esse procedimento de classificação facilitou a identificação de tópicos principais, como a conservação de vestígios, a documentação das provas e o atendimento humanizado às vítimas, elementos que se mostraram fundamentais para a formação do referencial teórico da pesquisa (BARDIN, 2011).

Com o intuito de assegurar a ética durante a pesquisa, todos os protocolos de consentimento informado foram rigorosamente cumpridos, garantindo que os participantes compreendessem os objetivos do estudo e consentissem com a utilização das informações fornecidas. De acordo com Resnik (2015), a ética na pesquisa é essencial para salvaguardar os direitos dos participantes, especialmente em assuntos delicados como violência e criminalidade. Todos os envolvidos assinaram um documento de consentimento, o que garantiu que sua participação fosse voluntária e que estavam adequadamente informados sobre a utilização dos dados.

Discussão

O papel dos enfermeiros forenses em investigações criminais é fundamental para a obtenção, preservação e registro de evidências, principalmente em situações de violência física e sexual. A formação e o treinamento desses profissionais são cruciais, pois afetam diretamente a qualidade do atendimento oferecido às vítimas e a validade das provas reunidas. De acordo com Ahn e Sung (2018), a percepção do enfermeiro forense sobre sua função, juntamente com a experiência adquirida, exerce um impacto significativo em seu desempenho em cenários de emergência. A habilidade em procedimentos forenses é especialmente relevante, uma vez que falhas na coleta de evidências podem prejudicar as investigações, ressaltando a importância de uma formação contínua para assegurar uma atuação eficiente e precisa (AHN; SUNG, 2018).

A proteção de evidências em situações de emergência representa um dos principais desafios para enfermeiros forenses, que frequentemente devem equilibrar o atendimento imediato com a responsabilidade de manter a cadeia de custódia das provas. De acordo com Drake et al. (2018), uma formação adequada e o domínio dos protocolos de conservação de vestígios ampliam a eficácia desses profissionais na coleta e no armazenamento de evidências, prevenindo contaminações e degradações dos materiais. Ademais, a pesquisa desses autores indica que a enfermagem forense requer uma conexão mais robusta entre as práticas clínicas e as normas jurídicas, enfatizando a necessidade de diretrizes bem definidas que suportem a atuação desses enfermeiros dentro dos âmbitos legais exigidos em investigações criminais (DRAKE et al., 2018).

Um ponto importante a ser considerado é a correta documentação dos vestígios, que deve seguir um padrão rigoroso de precisão e detalhamento, pois esses registros podem servir como evidências em trâmites judiciais. Gomes (2016) enfatiza que a falta de conhecimento ou a negligência na documentação dos achados pode resultar na perda de informações cruciais para a investigação. Ferreira (2018) argumenta que um registro minucioso e confiável dos vestígios contribui para evitar dúvidas sobre a autenticidade das provas e sobre a atuação dos profissionais durante o processo judicial. Portanto, é fundamental uma formação específica sobre os protocolos de documentação, orientada por diretrizes forenses, para assegurar a confiabilidade das informações (GOMES, 2016; FERREIRA, 2018).

A relevância do enfermeiro forense se destaca na interação com outras esferas da saúde e do sistema de justiça. Segundo Johnson e Sievers (2019), a inclusão do enfermeiro forense no atendimento a vítimas de violência propicia uma abordagem mais sensível e completa, uma vez que esses profissionais possuem uma compreensão ampla tanto dos aspectos clínicos quanto dos legais envolvidos no cuidado. Ademais, sua experiência em práticas forenses pode atuar como um intermediário entre a equipe de saúde e os órgãos de investigação, facilitando a comunicação de informações e promovendo a harmonia no tratamento das vítimas e na coleta de provas. Isso reforça a necessidade de políticas institucionais que incentivem uma atuação colaborativa entre os profissionais da saúde e da justiça (JOHNSON; SIEVERS, 2019).

A importância de implementar políticas de apoio e diretrizes específicas para a enfermagem forense nos hospitais é destacada por Nery et al. (2017), que apontam que muitos hospitais ainda não possuem regras definidas sobre a preservação de evidências. Os autores sugerem que as instituições de saúde devem alocar recursos em treinamento e na formação de comitês internos focados na prática forense, possibilitando que os enfermeiros sejam adequadamente treinados e assistidos na coleta de provas, sem prejudicar o atendimento ao paciente. Essas medidas podem não apenas elevar a qualidade dos serviços oferecidos, mas também garantir um papel mais eficaz dos hospitais nas investigações criminais (NERY et al., 2017).

O trabalho do enfermeiro forense requer uma conduta ética rigorosa, uma vez que esses profissionais enfrentam situações delicadas e emocionalmente carregadas. Lynch (1995) defende que enfermeiros nesta área precisam receber formação adequada para atuarem com integridade e responsabilidade, especialmente em contextos de violência doméstica e sexual, onde a confidencialidade e a empatia são fundamentais para preservar a dignidade das vítimas. Além disso, essa dimensão ética inclui a obrigação de comunicar qualquer suspeita de abuso às autoridades responsáveis, em conformidade com as legislações locais, assegurando que os direitos das vítimas sejam mantidos e defendidos. Assim, a formação ética é um componente essencial no treinamento de enfermagem forense (LYNCH, 1995).

Maguire e Raso (2017) abordam os avanços na prática forense, ressaltando que a adoção de novas tecnologias e protocolos está mudando a forma como as evidências são reunidas e mantidas. Eles observam que, apesar de a tecnologia poder melhorar o desempenho dos enfermeiros forenses, é necessário que esses profissionais recebam um treinamento técnico mais aprofundado, garantindo que as ferramentas sejam utilizadas adequadamente e que a integridade dos dados seja preservada. Nesse contexto, a melhoria na formação dos enfermeiros, por meio de simulações e atividades práticas em laboratório, tem se mostrado eficaz para o desenvolvimento de habilidades técnicas e para a atualização a respeito das melhores abordagens na coleta e conservação de evidências (MAGUIRE; RASO, 2017).

A discussão acerca da enfermagem forense como um setor em crescimento é aprofundada pelas observações de Silva e Silva (2009), que argumentam a favor da valorização da enfermagem forense como uma especialidade independente, devido à complexidade das funções exercidas e à importância desse trabalho dentro do sistema judicial. Os autores sugerem que o fortalecimento dessa área pode ser alcançado por meio da criação de cursos dedicados e da formação de associações profissionais, o que facilitaria a definição da identidade e da função dos enfermeiros forenses nas esferas da saúde e da justiça. Esse reconhecimento oficial ajudaria a atrair um número maior de profissionais para esse campo e elevaria os padrões de atuação.

Resultados

Os resultados desta pesquisa mostram que o trabalho dos enfermeiros forenses é fundamental na coleta e conservação de evidências forenses, especialmente em casos de violência familiar, agressão sexual e outros crimes de natureza violenta. O estudo demonstra que profissionais capacitados em enfermagem forense são mais aptos a registrar corretamente indícios físicos, como ferimentos e amostras biológicas, diminuindo a chance de contaminação ou perda de provas. Ahn e Sung (2018) enfatizam que enfermeiros com elevado nível de habilidade e experiência na área forense costumam desempenhar suas funções de forma mais eficaz, o que reforça a importância da enfermagem forense na proteção das vítimas e na preservação da integridade das evidências coletadas (AHN; SUNG, 2018).

A formação dos enfermeiros em práticas forenses tem demonstrado um impacto positivo na eficácia e na precisão ao registrar evidências, que é um aspecto fundamental em investigações criminais. De acordo com Drake e colaboradores (2018), enfermeiros que acessam treinamentos focados em enfermagem forense se mostram mais capacitados para realizar a documentação e a preservação de vestígios, além de possuírem um entendimento mais aprofundado sobre a importância da cadeia de custódia. Essa formação especializada possibilita que os profissionais reduzam erros frequentes, como registros inadequados e manipulação indevida de amostras, o que fortalece a validade das provas no contexto judicial (DRAKE et al., 2018).

Uma descoberta relevante é a identificação de que os enfermeiros forenses desempenham um papel crucial como mediadores entre as equipes de saúde e o sistema judicial. Johnson e Sievers (2019) observaram que esses profissionais, ao entenderem tanto as demandas clínicas quanto as exigências legais, conseguem colaborar de maneira eficaz com as autoridades judiciais, oferecendo informações detalhadas e precisas sobre o estado das vítimas e as características das lesões. Essa função de mediação promove um melhor fluxo de informações e cooperação entre os hospitais e os órgãos de investigação, resultando em um atendimento mais abrangente e cuidadoso às vítimas (JOHNSON; SIEVERS, 2019).

A adoção de protocolos uniformes para a conservação de evidências é outro ponto relevante mencionado nos resultados. Segundo Ferreira (2018), hospitais que implementam diretrizes específicas para a coleta e armazenamento de provas conseguem aprimorar o trabalho dos enfermeiros forenses, garantindo a integridade das evidências e minimizando os riscos de contaminação. A uniformização dos processos ajuda os enfermeiros a manterem um padrão coerente, independentemente de variáveis individuais ou das condições ambientais, favorecendo um procedimento mais seguro e eficaz (FERREIRA, 2018).

Ademais, o efeito emocional e ético da atuação do enfermeiro forense no suporte às vítimas de violência é um aspecto crucial observado na prática clínica. Lynch (1995) defende que o papel do enfermeiro forense abrange mais do que a coleta de evidências, pois implica a criação de um ambiente seguro e acolhedor para a vítima, favorecendo sua recuperação emocional e promovendo a confiança no sistema de justiça. A pesquisa indica que enfermeiros que recebem formação em ética e comunicação estão mais capacitados para enfrentar as complexidades emocionais das vítimas, proporcionando um atendimento mais humanizado e ético (LYNCH, 1995).

Os achados também mostram que a adoção de tecnologias inovadoras no trabalho de enfermeiros forenses oferece vantagens notáveis para a coleta e

avaliação de evidências. Segundo Maguire e Raso (2017), a utilização de ferramentas sofisticadas de imagem e software analítico proporciona maior exatidão na documentação de lesões e traços biológicos, além de facilitar a revisão de casos por parte das autoridades competentes. A implementação dessas tecnologias requer capacitação específica, mas eleva consideravelmente a qualidade e a confiabilidade das evidências, destacando a importância crescente da tecnologia na melhoria da enfermagem forense (MAGUIRE; RASO, 2017).

Sobre o reconhecimento e a valorização da enfermagem forense como uma área independente, Silva e Silva (2009) defendem que o desenvolvimento desse setor pode atrair mais profissionais e garantir uma prática mais competente e respeitada. Os achados desta pesquisa indicam que o reconhecimento oficial da enfermagem forense pode elevar a motivação dos enfermeiros e incrementar o investimento em capacitações específicas, culminando em uma atuação mais sólida e confiável na conservação de evidências (SILVA; SILVA, 2009).

Em conclusão, a pesquisa indica que a implementação de comitês e programas de capacitação contínua em enfermagem forense nos hospitais tem se mostrado uma estratégia eficaz para uniformizar e elevar a qualidade do atendimento às pessoas que sofreram violência.

Segundo Gomes (2016), tais iniciativas não apenas melhoram as habilidades dos enfermeiros, mas também incentivam um ambiente de colaboração, permitindo que os profissionais compartilhem experiências e se atualizem sobre novas técnicas e inovações tecnológicas. Essa metodologia favorece o fortalecimento de uma prática forense mais coesa e integrada, aumentando a eficácia da atuação dos enfermeiros forenses nas investigações criminais.

Conclusão

A síntese deste trabalho ressalta a importância crescente da enfermagem forense no âmbito das investigações criminais, sublinhando a função essencial dos enfermeiros forenses na conservação e aquisição de evidências em situações de agressão. Os achados indicam que a intervenção especializada desses profissionais não só auxilia no atendimento humano às vítimas, como também fortalece o sistema judiciário, fornecendo informações mais exatas e confiáveis para a elucidação de delitos.

A capacitação e o aperfeiçoamento permanente dos enfermeiros forenses são considerados elementos fundamentais para a realização eficaz de suas atividades, especialmente no que tange à habilidade técnica e à consciência ética. Pesquisas, como a de Ahn e Sung (2018), indicam que enfermeiros com formação específica na área forense apresentam uma maior aptidão para registrar corretamente as evidências, diminuindo a possibilidade de falhas e aprimorando a qualidade das provas. Esse conhecimento especializado capacita os enfermeiros a colaborarem de forma mais eficaz com as autoridades policiais e judiciais, estabelecendo-se como um vínculo essencial entre os cuidados de saúde e o sistema judicial.

Outro aspecto relevante diz respeito à uniformização de procedimentos e à utilização de tecnologias modernas que auxiliam na coleta de evidências. A incorporação de ferramentas de imagem e análise digital, como discutido por Maguire e Raso (2017), traz maior exatidão ao processo, assegurando uma documentação mais minuciosa das lesões e reforçando a credibilidade das provas. A adoção desses recursos demanda investimento e formação contínua, mas gera progressos consideráveis na área forense.

A valorização e o reconhecimento da enfermagem forense como uma área especializada e independente conseguem atrair mais profissionais e de elevar a qualidade e o respeito na prática. Segundo Silva e Silva (2009), esse reconhecimento aumenta a motivação dos enfermeiros e ressalta a relevância de suas contribuições na defesa dos direitos das vítimas e no andamento das investigações.

A implementação de programas de educação continuada e a formação de comitês de enfermagem forense nas instituições de saúde surgem como estratégias eficazes para reforçar essa prática. Tais ações não apenas aprimoram a qualificação dos profissionais, mas também estabelecem um ambiente de apoio e constante atualização. Assim, a enfermagem forense se desenvolve em direção a uma atuação mais organizada, eficaz e sintonizada com as necessidades da investigação criminal e do atendimento humanizado.

Essas descobertas enfatizam a relevância da enfermagem forense na sociedade contemporânea e indicam a urgência de políticas que promovam a educação, o desenvolvimento e a valorização dessa área, beneficiando tanto a qualidade do atendimento às vítimas quanto o fortalecimento do sistema de justiça.

Referências

- AHN, H. K.; SUNG, M. H. **As influências da consciência, experiência e competência do papel no desempenho do papel de enfermagem forense entre enfermeiros do departamento de emergência.** *Jornal de Pesquisa em Enfermagem Leste-Oeste*, v. 31, n. 24, p. 10-19, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14370/JEWN.R.2018.24.1.10>.
- DRAKE, S. A.; KOETTING, C.; THIMSEN, K.; DOWNING, N.; PORTA, C.; HARDY, P. et al. **Estado da Ciência em Enfermagem Forense: Oportunidades de Pesquisa e Prática.** *Journal of Forensic Nursing*, v. 14, n. 1, p. 3-10, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1097/JFN.000000000000181>.
- FERREIRA, C. M. E. **Conhecimento dos enfermeiros sobre práticas forenses no intra-hospitalar.** 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, 2018.
- GIL, Antonio Carlos; Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.
- GOMES, C. I. A. **Preservação dos vestígios forenses: conhecimentos e práticas dos Enfermeiros do Serviço de Urgência e/ou Emergência.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.
- HARPER-LEATHERMAN, A. S.; HUANG, L. **Introdução ao Ensino de Química com Ciência Forense.** In: HARPER-LEATHERMAN, A. S.; HUANG, L., eds. *Ensino de Química com a Forensic Science American Chemical Society*. 2. ed. Washington: Publicação ACS, 2019. p. 1-11.
- JOHNSON, J.; SIEVERS, V. **O papel do perito enfermeiro forense.** *Revista de Tecnologia de Evidências* [Internet], v. 17, n. 3, 2019. Disponível em: https://read.nxtbook.com/wordsmith/evidence_technology/fall_2019/the_role_of_the_forensic_nurs.html. Acesso em: 13 nov. 2020.

LYNCH, V. A. **Clinical forensic nursing: a new perspective in the management of crime victims from trauma to trial.** *Critical Care Nursing Clinics of North America*, v. 7, n. 3, p. 489-507, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0899-5885\(18\)30377-0](https://doi.org/10.1016/S0899-5885(18)30377-0).

MAGUIRE, K.; RASO, M. **Reflexões sobre Enfermagem Forense: Uma Entrevista com Virginia A. Lynch.** *Journal of Forensic Nursing*, v. 13, n. 4, p. 210-215, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1097/JFN.0000000000000174>.

MORSE, J. **Mobilização legal na medicina: enfermeiras, kits de estupro e o surgimento da enfermagem forense nos Estados Unidos desde a década de 1970.** *Ciências Sociais e Medicina*, v. 222, p. 323-334, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.12.032>.

NERY, Teresinha Peres de Abreu Bastos; [et al]. **Possibilidades de uma Enfermagem Forense em Hospital de Urgência. Revista Interdisciplinar.** Teresina – Piauí. vol. 7. nº 3, p. 61 – 70. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/245>. Acessado em: 08 abr. 2024.

SANTOS, Michelle Ribeiro; [et al]. **Atuação e Competência do Enfermeiro Forense na Preservação de Vestígios no Serviço de Urgência e Emergência.** In: Congresso Internacional de Enfermagem, 2017.

ARACAJU. Anais Congresso Internacional de Enfermagem. Aracaju: Editora UNIT, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/cie/article/view/5821>. Acessado em: 28 abr. 2024.

SILVA, Crislene de Araujo Cruz; [et al]. **Criação da Liga de Enfermagem Forense: Um relato de experiência.** In: Congresso Internacional de Enfermagem, 2017, Aracaju. Anais Congresso Internacional de Enfermagem. Aracaju: Editora UNIT, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/cie/article/view/5786/2304>. Acessado em 07 abr. 2024.

SILVA, Karen Beatriz.; SILVA, Rita de Cássia.; **Enfermagem Forense: Uma especialidade a conhecer.** Revista Cogitare Enfermagem. Paraná. vol. 14. nº 3. jul/set. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/16191>. Acessado em: 07 abr. 2024.

SILVA, Rita de Cássia; SILVA, Karen Beatriz; **Enfermagem Forense: Possibilidade para a profissão.** In: Enfermagem Revista COREN-SP. São Paulo. nº 1, p. 35 – 37. 2012.

ZANATTA, Elisangela Argenta; [et al]. **Interfaces da Violência com a Formação em Enfermagem: Um Diálogo Possível e Necessário.** Santa Catarina: Escola Anna Nery, 2018. vol. 22. nº. 4. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v22n4/pt_1414-8145-ean-22-04-e20170404.pdf. Acessado em: 11 mai. 2024.